

TERRITÓRIOS NEGROS: MIGRAÇÕES E RETERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO

Black territories: migrations and the reterritorialization of the urban area of the periphery

JULIANA DE SOUZA MAVOUNGOU YADE
UFC, Universidade Federal do Ceará
juli.soul@hotmail.com

RESUMO: Este ensaio refere-se aos movimentos migratórios ocorridos entre a população negra no período pós-abolição. São histórias de chegada à cidade de Carapicuíba – São Paulo, na primeira metade do século XX, que narram os processos de reterritorialização do espaço. Nossa reflexão é fruto de uma pesquisa para o mestrado em educação que utiliza a história de vida, por meio da história oral e de fontes fotográficas, para a elaboração das referências de população negra na localidade de Carapicuíba.

PALAVRAS-CHAVE: migração. população negra. periferia.

ABSTRACT: This essay deals with the migratory movements that occurred among the black population in the post-abolition period. It includes stories of their arrival in the town of Carapicuíba - São Paulo, in the first half of twentieth century, which describe the processes of the reterritorialization of the space. Our reflection is the result of a research for a master's theses in education using the life history, via the oral history and use of photographic sources to create references for the black people in the city of Carapicuíba.

KEYWORDS: migration. black population. periphery.

INTRODUÇÃO

São Paulo, uma importante metrópole brasileira. No passado e no presente, se apresenta, para muitos brasileiros ou estrangeiros, como possibilidade de vida melhor. Migrações e imigrações voluntárias ou compulsórias fazem parte da história do estado de São Paulo, que “recebeu” parte significativa da população africana e afrodescendente. Muitos já no período do pós-abolição fizeram de São Paulo o chão de se plantar, território de recomeçar.

Diversos fatores históricos e sociais determinam a situação de vida da população negra. Os espaços urbanos, resultantes de conjunturas históricas brasileiras, criam segregações populacionais espaciais e promovem as desigualdades sociais. Dessa forma:

A sociologia urbana está centrada nos aspectos da vida social e, em especial, se interroga sobre o desenvolvimento e interação do ser humano numa sociedade urba-

nizada. É neste contexto que as tensões se expressam: Na estrutura urbana há uma estratificação que tem sua expressão espacial na segregação urbana. (SILVA, 2006).

Para pensar os processos de interação e sociabilidade dentro de uma sociedade urbanizada, antes de tudo é necessário reconhecer que essa sociedade muitas vezes se configura como o “não lugar” estabelecido para alguns grupos que historicamente destoam dos projetos e pretensões de modernidade, ocorrendo um processo de deslocamento de tais populações a espaços periféricos dos quais estão ausentes políticas urbanísticas adequadas.

O estado de São Paulo abriga percentualmente o maior número de afrodescendentes¹ no seu espaço territorial. Segundo dados divulgados pelo Plano Nacional de Amostras de Domicílios – PNAD 2005, o estado contava com a maior população negra do país em termos absolutos. A população negra, categoria que abrange pretos/as e pardos/as, soma em torno de 12,5 milhões de pessoas, correspondendo a 31% dos habitantes do estado. Tais dados são valiosos para compreendermos os processos segregacionistas dos espaços no Brasil, sobretudo em São Paulo.

Pesquisas em diversas áreas (CUNHA, 2001; ROLINK, 1989; SILVA, 2006; SILVÉRIO, 2002; SOUZA, 2010) apontam que a ação do Estado foi fundamental para demarcar os territórios que seriam ocupados pela população negra no período pós-abolição. Esse processo gerou impactos diretamente na vida de parte da população negra moradora da cidade de Carapicuíba, na região metropolitana do estado, que está entre os municípios com mais de 40% da população composta por negros/as, segundo o Censo Demográfico/IBGE e Fundação Seade, 2005.

Carapicuíba é o espaço urbano periférico do qual extraímos as histórias de migração e reterritorialização como processos de resistência e se apresenta com demarcações físicas e simbólicas da identidade coletiva e individual dos afrodescendentes.

O LOCAL DE PESQUISA

“A cidade de Carapicuíba está localizada na Região Metropolitana da Grande São Paulo, à margem esquerda do Rio Tietê, entre as Rodovias Castello Branco, Raposo Tavares e o Rodo Anel Mário Covas, cortada pelos trilhos da antiga Fepasa, distante 25km da capital.” (TENÓRIO, 2003, p.12).

O município caracteriza-se como cidade dormitório em relação às atividades produtivas realizadas na cidade São Paulo e outras cidades consideradas polos industriais. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Carapicuíba conta com 369.584 habitantes.

1 “Afrodescendência é o recurso conceitual para definirmos a população apresentada ao IBGE como pretos e pardos. O censo demográfico usa um conceito de cor baseado na auto-declaração dos entrevistados. O conceito de afrodescendência tem por base a história e os processos de formação de identidade afrodescendente. As populações resultantes de imigrações forçadas devido ao sistema de produção do escravismo criminoso têm uma história em comum no Brasil. São originárias de um território de formação histórica e cultural comum que é o continente africano, a história e as culturas africanas. Esta população estabelece novas relações sociais e sofre as transformações condicionadas, de certa maneira, pelo sistema escravista e depois pelo capitalismo racista. Nestes processos sociais produzem novas identidades que resultam de uma origem comum e de uma história de contornos comuns. Afrodescendência é um conceito de base étnica dado pela história sociológica dessas populações. Os contornos desta identidade afrodescendente são de natureza política e cultural”. (CUNHA JR., 2001, p. 70-71).

Registros documentais apontam que o Padre José de Anchieta é considerado o fundador do aldeamento em Carapicuíba, que tem “início” por volta de 1580.

É possível perceber que as estratégias de invasão territorial dos jesuítas foi o que delimitou a criação das cidades que estão no entorno da cidade de São Paulo. Com a fundação do Colégio e da cidade de São Paulo, os jesuítas achavam importante “defender” a cidade dos ataques dos índios, que não aceitavam a invasão de seus territórios. Para isso, padres reuniram, em diferentes locais, nas vizinhanças, vários grupos indígenas que “aceitavam” seus ensinamentos. “Isso aconteceu nas áreas hoje ocupadas por Santo André, São Bernardo do Campo, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Barueri, Jaraguá e outros pontos considerados estratégicos”. (TENÓRIO, 2003, p.28).

O território de Carapicuíba pertencia a grupos tradicionais indígenas até o momento em que jesuítas e bandeirantes iniciaram o processo de conquista de terras. No período colonial, a localidade contou com a presença africana e afrodescendente, população que se tornou a mão de obra utilizada em todo o país pelos portugueses, desde o início da colonização, após a dizimação das populações indígenas.

É possível encontrar registros de escravizados² em cidades vizinhas ao município e também nas territorialidades a que Carapicuíba pertenceu antes da emancipação, como Barueri, Cotia, Santana de Parnaíba e o próprio município de São Paulo.

A palavra *Carapicuíba* é de origem indígena e, segundo o professor Miguel Costa Junior (apud TENÓRIO, 2003), o significado é “peixe ruim” ou “peixe insignificante”. Podemos dizer que nas águas do ribeirão de Carapicuíba havia grande quantidade de peixes que não eram bons para o paladar. Embora esse ribeirão recebesse águas e bons peixes para o consumo vindos do antigo rio Anhembi, a proliferação desses não era suficiente para a população do aldeamento, e os que quisessem peixes maiores deveriam buscar no Tietê.

O rio Tietê nasce a 840 metros de altitude, na cidade de Salesópolis (Estado de São Paulo), situada na região da Serra do Mar. Atravessa o estado de São Paulo, na direção de leste a oeste. Ele deságua no rio Paraná, no município de Itapura (divisa entre São Paulo e Mato Grosso). Possui 1.100 quilômetros de extensão e em seu trajeto banha 62 municípios paulistas³. Esse rio teve uma grande importância na história do país, pois serviu de rota aos bandeirantes no século XVIII para chegarem ao interior do estado de São Paulo.

Embora o território de Carapicuíba tenha se constituído inicialmente por populações indígenas, por razões históricas teremos a presença de europeus e seus descendentes e também de africanos e seus descendentes.

Ao procuramos conhecer a história do município, vemos homenageadas (por meio da escrita de suas histórias de chegada à cidade e pela homenagem à nomeação de praças, ruas, escolas etc.) as famílias de origem europeia; já as referências que nos remetem ao passado indígena e afrodescendente são tratadas como pertencentes a uma história menos importante.

O bairro “Aldeia de Carapicuíba”, mesmo com esse nome, tem como principal característica a influência bandeirante e jesuíta. “A Aldeia guarda ainda hoje características

2 Documentos a que tivemos acesso em arquivos públicos, disponibilizados pelas Igrejas Católicas locais e pela Cúria Metropolitana de São Paulo.

3 www.suapesquisa.com/pesquisa/rio_tiete

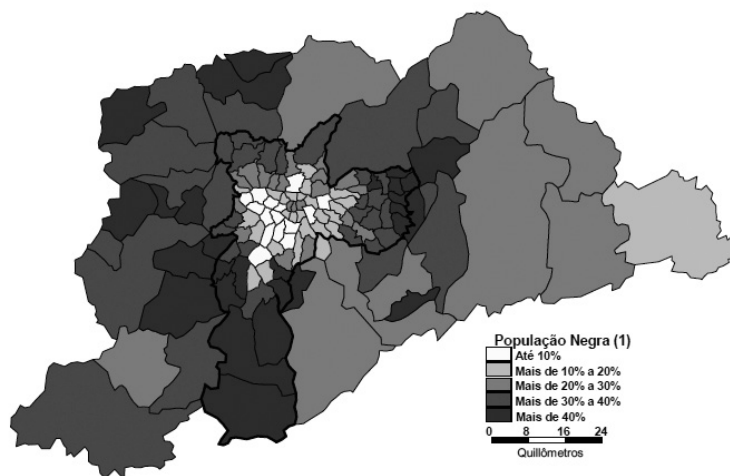
Carapicuíba é o local onde nós vivemos há 31 anos e sobre cuja história nunca tínhamos nos questionado, assim como sobre a história da população afrodescendente.

Inicialmente, pela suposta “ausência” de fontes que remetessem à historiografia da população negra local, acreditávamos que as memórias e histórias que se desvelaram no decorrer da pesquisa não faziam parte da história da cidade. Diante das necessidades educacionais e posto o quadro presente, o problema que tínhamos de início era como apresentar as origens da população negra na escola, ampliando o dado até então transmitido de que os negros tinham sido escravizados, sem acrescentar a esta qualquer outra informação.

A maneira como o bandeirantismo é abordado nas histórias de fundação dos territórios do estado de São Paulo constrói um sistema simbólico que valoriza uma população e sua descendência em detrimento de outras. Por isso, julgamos necessária a reflexão sobre os processos construtivos das subjetividades da população negra nesses territórios, discurso quase ausente no sistema educacional local, fato que atesta a ausência de uma história da região que resgate as experiências e vivências dessa população e que a reconheça como construtora desses espaços, de sua cultura e de seu patrimônio.

No mapa a seguir (Figura 2), podemos observar como está distribuída percentualmente a população negra na Região Metropolitana de São Paulo.

Figura 2 – Distribuição da população negra na Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: SÃO PAULO (2000).⁶

Sendo assim, discutiremos como se deu a inserção da população negra nos territórios periféricos das cidades e Região Metropolitana, tomando como referência a cidade de Carapicuíba.

6 SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Indicadores de Desigualdade Racial. População e estatísticas vitais. Mapas. Proporção de população negra na população total. Municípios da Região Metropolitana de São Paulo e Distritos da Capital 2000. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/idr/download/populacao>>. Acesso em: 16/05/2011.

RETERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO HABITADO

Consideramos processo de reterritorialização do espaço habitado o momento em que é possível atribuir sentidos à identidade a partir do território, prática que geralmente associa-se ao rompimento com a hegemonia oficial estabelecida.

Reterritorializa uma localidade um grupo que, ao sair de um determinado território, seja de forma compulsória, seja por vontade, seja, ainda, por necessidade, vê-se distante dos componentes que contribuem para a sua afirmação identitária individual ou coletiva e, por esse motivo, deixa de vivenciar plenamente o direito ao seu patrimônio material e imaterial. Segundo definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁷ (2002, 2003), esse patrimônio se traduz no direito de todos os seres humanos à identidade e à história próprias, e um dos fatores que permite o acesso a esse direito é a conservação da cultura, pois dá sentido à vida afetiva e coletiva de uma pessoa. A cultura abrange a construção material e imaterial da localidade na qual o indivíduo está inserido.

A chegada à nova localidade se constitui no movimento pela continuidade da vida e demanda reinvenção das formas de existir, e, mesmo diante de imposições políticas e econômicas, que buscavam cativar corpos, corações e mentes, retornam a experimentar de maneira transformadora vivências que revitalizam o sentimento de pertença.

A reterritorialização é importante para a compreensão das identidades negras que se ressignificam em Carapicuíba e para a escrita da história social dessa população.

Para ilustrar tal fenômeno, recorreremos a dados coletados na pesquisa empírica em que são ouvidas as histórias de vida de mulheres que residem há longo tempo na cidade de Carapicuíba, fazendo um recorte de histórias de chegada de famílias negras, ou seja, os processos migratórios.

A própria historiografia construída da cidade de São Paulo nos dará pistas para compor as narrativas coletadas entre os anos de 2008/2009⁸. Palavras que faziam parte da memória de um tempo adormecido pela dureza dos dias. Palavras que trouxeram experiências e vivências do sagrado, dos sentidos da liberdade, a própria vida. Palavras vindas da memória que puderam narrar com lucidez os tempos de andança à procura de dias melhores.

O período pós-abolição será um dos primeiros marcadores históricos que anunciará os tempos de andanças, gingas no espaço e no tempo, para dar sentido físico e simbólico ao território que se revestirá de histórias e valores de negros e negras, para assim poder chamar o lugar de “seu”.

Para a coleta dos dados, foi feita pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com dez depoentes que nos contam suas histórias e memórias na cidade de Carapicuíba. Segundo Martins (1997, p. 24), “a história dos negros nas Américas escreve-se numa narrativa de migrações e travessias, na quais a vivência do sagrado, de modo singular, constitui um índice de resistência cultural e de sobrevivência étnica, política e social”.

7 Sigla do nome em inglês: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

8 Narrativas coletadas durante a pesquisa de Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará, defendido no ano de 2010, sob a orientação do Professor Doutor Henrique Cunha Jr, que teve por título: Histórias e Memórias da População Negra de Carapicuíba: Uma abordagem para a educação escolar.

O conceito de território será analisado a partir do processo de recomposição do tempo/espaço, que consideramos fonte elementar para compreender os processos migratórios da população negra.

Identidade territorial é entendida como o direito de imprimir suas marcas no espaço. Marcas que, além do lugar físico, permeiam o que é intangível e se constituem no campo subjetivo, mas têm igual importância no processo de formação das identidades. Milton Santos conceitua que: “O território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”. (SANTOS apud ANJOS, 2009, p. 96).

Por isso, julgamos primordial entender as narrativas como parte desse processo que possibilita a ocupação do território. Muniz Sodré (1988, p. 22) acrescenta que “o que dá identidade a um grupo são as marcas que ele imprime na terra, nas árvores, nos rios”.

Havia uma hipótese inicial de que a população negra habitante da cidade de Carapicuíba estava ligada apenas aos fluxos migratórios nordestinos, que teve seu auge entre as décadas de 1960 a 1980. Reconhecemos que os processos sócio históricos das migrações nordestinas são importantes para a história local, porém não é a única via explicativa para a presença massiva de população negra nas territorialidades periféricas da própria cidade e em outros município. Outro dado, também relevante na historiografia local da cidade, é o fato de pensarmos a cidade de Carapicuíba apenas pela via ancestral das populações indígenas. Tais aspectos são amplamente divulgados pela educação formal, apesar da presença expressiva de crianças negras dentro das salas de aula, principalmente em escolas públicas. Os referenciais históricos da população negra que ultrapassa o índice percentual de 40% em Carapicuíba são negligenciados por uma teoria e prática educacional eurocentradas, incapazes de buscar novas interpretações para as histórias silenciadas. Tais interpretações reducionistas ignoram a necessidade de uma multiplicidade de olhares nos processos socioeducativos. (DUARTE, 1996).

O primeiro passo para a instauração dessa nova forma de olhar é dar-nos conta do conjunto de simplificações e reducionismos que herdamos da ciência cartesiana e que ainda está presente nas principais correntes de pesquisa de nosso tempo.

Recontar a história local, tendo por base a história dos afrodescendentes⁹, se faz necessário porque:

Conhecer a exclusividade ou a pertinência das ações relativas a um determinado grupo implica também localizá-lo territorialmente. É o território que, à maneira do Raum heideggeriano, traça limites, especifica o lugar e cria características que irão dar corpo à ação do sujeito. Uma coisa é, portanto, o espaço – sistema indiferenciado de definição de posições, onde qualquer corpo pode ocupar qualquer lugar – outra é o território. (SODRÉ, 1988, p. 23).

9 Elucidamos que, ao nos debruçarmos sobre o estudo da história dos afrodescendentes, não acreditamos nos processos de sobreposição das histórias ou culturas e afirmamos nosso posicionamento dialógico diante das complexidades históricas.

Pensar os territórios negros numa perspectiva espacial da periferia sugere compreender produções cotidianas de uma população que historicamente passa por processos de desterritorialização desde a escravização das populações africanas, que, fisicamente e simbolicamente, fixaram-se no território brasileiro e modificaram produções materiais e imateriais elaboradas nessa sociedade, o que de certo modo possibilitou

“[...] ressaltar os rizomas que reterritorializam e transcriam as culturas africanas na cartografia brasileira. A matriz africana é lida, assim, como um dos significantes constitutivos da textualidade e de toda produção cultural brasileira, matriz dialógica e fundacional dos sujeitos que a encenam e que, simultaneamente, são por ela também constituídos.” (MARTINS, 1997, p.21).

Para captar essa realidade, num primeiro momento, refizemos nossa trajetória de história familiar. Posteriormente, vasculhamos antigas fotografias e documentações que culminaram nas entrevistas realizadas com pessoas do nosso cotidiano, pessoas que não nos eram estranhas, porém, não eram ainda vistas como fonte de informação sobre a história do lugar.

A oralidade e ancestralidade estavam ali presentes em cada palavra-memória que foi anunciada pelas nove anciãs e um ancião.

Para este ensaio, traremos fragmentos de algumas das narrativas apresentadas no trabalho original resultante da pesquisa. As depoentes, que cederam suas histórias de vida para a pesquisa, nos possibilitaram o entendimento de que o bairro não se apresenta apenas como limite dos espaços constituídos na cidade, mas território de onde se estabelece um conjunto de relações num determinado lugar, isso tudo demarcado pela história e pela memória de seus habitantes.

NARRANDO AS CHEGADAS

A necessidade de mudar marcou a vida e a história de parte da população que habitou e habita o território de Carapicuíba. A mobilidade que acompanha secularmente a população negra desde a chegada às Américas via escravidão criminoso resiste num território com contexto histórico, econômico, de trabalho, cultural e familiar completamente diferente daquele de que fazia parte.

A população africana foi relegada à desterritorialização e ainda hoje o “sistema brasileiro tem induzido que o território da população afro-brasileira é do outro lado do Oceano Atlântico, na África, como se aqui não fosse seu lugar e não tivesse direito a ter terras e nem referência de identidade territorial”. (ANJOS, 2009, p.75).

Tal indução culmina no mascaramento e apagamento da população negra em determinadas localidades do território nacional. Leis instauradas que proibiam manifestações culturais e religiosas de origem africana são demonstrações do não lugar dessa população na sociedade brasileira nos períodos Colônia, Império e República.

Com a abolição e as transformações urbanas da cidade, os negros tornaram-se indesejados e aos poucos foram sendo expulsos da região central da cidade, que passa a ser ocupada pelos detentores do poder econômico, social e cultural da cidade. Outros territórios, os territórios negros, vão se constituindo e acolhendo os negros. Territórios de um povo desterritorializado, inicialmente por causa da imigração forçada pelo processo de escravidão e, posteriormente, por causa da expulsão dos lugares considerados territórios exclusivos da elite paulistana. (SILVA, 2006, p.7).

Fica a questão: como construir a ideia de pertencimento à cidade, à comunidade, ao bairro e à própria escola quando não há nenhum marcador de ligação com o passado, seja ele breve ou longo?

Instaura-se a sensação de que se é sempre estrangeiro do lugar, não há um elo de pertencimento, e esse é um fator que, para além de incomodar, traz danos em muitos aspectos à vida da população negra. Por esse motivo, buscamos trazer à tona, por meio das narrativas, uma ligação com o passado.

Essa necessidade de conhecer a si mesmo apresenta-se de formas diferenciadas nas diversas culturas e é abordada nas sociedades sob perspectivas múltiplas, de acordo com as necessidades de cada povo. Concordamos com Cheikh Anta Diop¹⁰que:

Não se trata de criar uma História mais bonita do que a História dos outros povos. O importante é partir dessa ideia evidente: cada povo tem a sua História. O que se torna indispensável a um povo, a fim de melhor orientar a sua evolução, é conhecer as suas origens, sejam elas quais forem. Se, por acaso, a nossa História é mais bonita do que esperávamos, isto não passa de um feliz detalhe. (DIOP apud ATHAYDE, 1965, p.66).

Esse processo de compreensão do passado é de grande importância para a educação. Trata-se em certo sentido de uma lacuna que a Lei nº 10.639/03¹¹, que determina o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, visa preencher.

Silva (2006) prossegue na argumentação e confirma os processos de expulsão dos espaços (físicos e simbólicos) antes habitados massivamente por africanos e seus descendentes.

No período pós-abolição, o negro foi expulso das regiões centrais da cidade, foi privado do mercado de trabalho que se desenvolvia com o impulso do desenvolvimento industrial, foi, ainda, perseguido, pois era considerado símbolo do não desenvolvimento e da não civilização. E, é nesse turbilhão de modificações

10 Antropólogo, historiador, físico e político senegalês, considerado um dos maiores historiadores africanos do século 20.

11 Lei aprovada em 09 de janeiro de 2003 altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Inscreve-se com alguns princípios: a) Consciência política e histórica da diversidade; b) Fortalecimento de identidades e de direitos e c) Ação educativa de combate ao racismo, discriminação e preconceitos. A referida lei foi alterada pela Lei nº 11.645/08, que inclui Cultura e História das Populações Indígenas.

estruturais da cidade que ocorrem as modificações espaciais graças às quais a cidade vai-se definindo também territorialmente, é aí que as classes sociais vão se posicionando ou sendo posicionadas pela força do poder hegemônico daquelas que conduziam as transformações urbanas. (idem).

Transformações e mudanças que estavam de acordo com os desejos da “santa elite”. Muda o sistema econômico vigente (a escravização dos africanos e seus descendentes) por pressão internacional ou para manter a boa impressão... Muda-se de Império para República, de escravismo para capitalismo, mas a vida da população negra não se modifica significativamente.

A mão de obra passa de africana e afrodescendente para europeia e euro-descendente, mas estes últimos, por razões que a história explica, puderam de algum modo contar com o apoio de políticas públicas¹² a favor do grupo a que pertenciam, o que fez toda a diferença.

As narrativas podem nos ensinar sobre a origem dos fatos sociais, cada palavra tem um sentido e significação importante nesse contexto de identidade e humanidade da população local.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que o conjunto de discursos cotidianos provenientes da educação formal ou informal refere-se à questão da origem histórica ou mitológica africana e afrodescendente, na maioria das vezes, de forma depreciativa.

Quando tratamos sobre as origens africanas e o universo do conhecimento e do imaginário social, não basta simplesmente especificar o território, é preciso dar sentido ao lugar, encontrar as especificidades que caracterizam o local, a população, suas vivências, suas histórias e cultura.

É na palavra das depoentes mulheres que vivenciaram intensamente os significados de uma abolição inacabada¹³, que as impressões e análises que fazem a respeito das situações pelas quais passaram dão sentido às hipóteses dessa pesquisa.

“Era um tipo de escravidão e naquela escravidão, meu pai enjoou daquilo”. (Berenice, 81anos).

“Meu pai era destes que não levava desaforo pra casa, então a gente vivia mudando de lugar”. (Neide, 70 anos).

Quando, para além de narrar, elas também analisam o período vivido, é nítido que, para essas famílias, a abolição, a ruptura com o Brasil escravista se dá no momento em que saem das fazendas e localidades que representavam todo um sistema de opressão e decidem “querer ter a própria vida nas mãos”, o que, até então, não havia sido possível. Mesmo que ter a própria vida implique submeter-se a morar na casa das “patroas”, cortiços e lugares inóspitos que servem de moradia transitória.

12 Cf. SILVERIO, V.R. Ação Afirmativa e o combate do racismo institucional no Brasil. Revista SciELO Brasil. Disponível em: <http://www.scielobrasil.com>. Acesso em: 28/06/2008.

13 Cf. CUNHA, H. Abolição inacabada e a educação dos afrodescendentes. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/089/89cunhajr.htm>. Acesso em: 20/11/2010.

Podemos intuir que essas mulheres nos dão pistas para compreender um período histórico que se inicia em 1888 com a suposta abolição da escravidão, suposta porque, mesmo passados 50, 60 anos, de declarada a abolição da escravidão no Brasil, famílias inteiras vivem num sistema semi-servil.

“[...] pelo que ela contava, eles já trabalhavam na fazenda dos Alves; quando os filhos nasciam, era já uma obrigação ficar nesta fazenda”. (Maria Julia, 70 anos).

Obrigação que se rompe apenas quando essas famílias decidem sair desses lugares, numa tentativa de desfazer o ciclo de um trabalho ainda baseado na exploração da população negra.

É visível que a abolição da escravidão não conseguiu estabelecer um sistema político, econômico, social e cultural no qual a população negra pudesse adquirir suas terras. Mesmo após a ruptura com o trabalho escravo, esse conjunto de pessoas passa a “fazer parte” de uma sociedade que se estrutura a partir de um não-lugar, na escola, na história, na política, na economia... E as dificuldades continuaram.

Comprar um terreninho, construir a casa própria é cuidar da vida, é ter lugar para repousar em paz e lutar para que o tempo não mais desate os laços afetivos e familiares. O lugar que se tem não é mais transitório, mas demarca um novo tempo, o de fixar-se. E a permissão para reterritorializar a vida ganha novo sentido com o ato de parar, instalar-se, mesmo que tal fato tenha ocorrido duas ou três décadas após o período de peregrinação.

Carapicuíba é o território que possibilitará a instalação de algumas dessas histórias. As histórias que foram e são enredadas nesse lugar sobrevivem na memória dessas mulheres. “A memória é um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.” (BOSI, 2003, p.53).

A recordação é uma construção social, recordar é trazer à mente as coisas que estão guardadas no coração, por isso o local da pesquisa recebe enfoque de um território socialmente construído e ele é o primeiro passo para a reconstituição dessas histórias.

As histórias de chegada das famílias negras entrevistadas antecedem o processo de fixação no território de Carapicuíba. O chegar é um longo processo e caracteriza a mudança para melhor. O chegar pode marcar, como nos conta D. Berenice, que, aos 81 anos, relembra com lucidez que o pai teve que fugir da fazenda onde trabalhava para iniciar o processo de andanças pelo interior de São Paulo, até se instalarem na capital do estado e depois fixar moradia em Carapicuíba, ou, como relata dona Benedita, que, aos 13 anos de idade, decide deixar a cidade de Poços de Caldas-MG para realizar o trabalho doméstico em São Paulo.

Trechos de vida, espaço e tempo que reelaboram os significados de chegada num lugar.

Berenice

Meu pai começou a trabalhar, fazia coqueira, grades para proteger os animais, e o dono da fazenda era Rangel Moreira e Serafim Jorge Ferreira, ficamos lá por um determinado tempo, mas, naquele tempo os empregados de fazenda, assim... Era um tipo de escravidão e naquela escravidão, meu pai enjoou daquilo

sem esposa, com as filhas pequenas, tinha a Guaraci que minha mãe pegou para criar com três dias de vida, minha irmã Marta e eu. Então, ele foi dizer para o patrão que queria ir embora da fazenda, e o homem respondeu que ele não saía de lá de jeito nenhum, pois era prestativo, educado. Meu pai disse: “Eu preciso ir embora, como é que vou fazer com estas meninas, as meninas precisam estudar”. E mesmo assim ele disse que não.

Então, o que aconteceu: meu pai implorou, pediu, pediu e o dono da fazenda não deu atenção. Meu pai falou pra nós: “Meninas, prestem atenção! Nós vamos embora. “Eu falei: “Pai, mas como que nós vamos embora?” Ele falou: “Vamos sair de madrugada, a gente vai pegar as principais coisas; roupas, alguma panela, alguma coisa e cada um leva um pouco de trouxa nas costas”. E quando foi de madrugada, ele falou: “Vamos embora, por aquela estrada”, era mais ou menos 7 km, no caminho, tinha hora que eu ia no colo porque eu era pequena e assim voltamos para a cidade de Lins. Nasci na fazenda, só que fui registrada em Lins, a cidade mais próxima, então, consta no meu registro como Lins. [...]

Quando saímos da fazenda e voltamos para Lins, ficamos na casa dos Conceição Menezes, do seu Joel Menezes, que era o dono de uma casinha do lado da igreja, então, ficamos lá um pouco, mas naquele tempo, quando não dava certo numa cidade, ia experimentando outra. Foi quando disseram para o meu pai: “Vamos pra Marília!”

Meu pai disse: “Eu não posso, tem a escola das meninas, eu vou ficar aqui neste quartinho que vocês me arrumaram.” E ficou naquele vai não vai e quando chegou o dia da mudança para Marília, o casal, Joel e dona Nenê disseram: “As meninas não podem ficar aqui não!” Pegou nossa mudança que não era nada, jogou no caminhão e disse: “Podem subir no caminhão, o que você vai fazer sozinho homem, com três crianças pequenas?” Eu era pequena, tinha de quatro pra cinco anos e ainda me lembro, seu Joel e meu pai Fortunato foram criados juntos.

Subimos no caminhão, só sei que saímos de Lins no clarear do dia e chegamos a Marília ao anoitecer, se bem que o caminhão quebrou no caminho e estava chovendo muito. Lá em Marília ficamos todos na casa da irmã da dona Nenê, aí ficamos lá até... sei que adormeci lá e acordei num quartinho que a dona da casa cedeu para nós. [...]

Meu pai decidiu que estava muito difícil e quis vir para São Paulo, minha madrasta, Dona Antonia Leite Moreira, veio primeiro, a patroa dela tinha parentes em São Paulo que estavam sem empregada, então, ela se preparou para vir.

Ela ficou três meses e enviou dinheiro, e nos orientou para que não jogássemos nada fora, só o que estivesse muito velho. Nos preparamos e lá um belo dia viemos para São Paulo, eu chorei no trem por estar deixando minha cidade de Marília, a viagem foi bastante longa.

Minha madrasta foi buscar a gente na estação [da Luz] no outro dia de manhã. Ela trabalhava na Rua Tupi, no bairro Pacaembu. Quando chegamos, a gente não tinha nada, sabe, a gente ficou contente mas não tinha nada, com os panos que trouxemos forramos um pouco de papelão, jornal para dormirmos, nossa nova casa era um cômodo com um bequinho, isso na Alameda Glett.

Meu pai, no dia em que chegamos, saiu para conhecer o novo lugar, esta era a época dos bondes ainda, nós estávamos a meio quarteirão da Avenida São João. (Berenice Moreira Cruz, 81 anos)

Neide

Quando eu vim pra Carapicuíba eu fiquei triste ao mesmo tempo em que estava feliz porque eu queria vim com meu avô, mas, sabe quando você está pressentindo alguma coisa? Minha mãe não chorou, não, quando eu fui embora com meu avô, acho que ela deu graças a Deus. Meu avô, quando ia passear lá, ele via que a gente brigava, brigava não, minha mãe brigava comigo porque uma criança naquela época não brigava com os mais velhos, hoje em dia seria diferente, eu não tinha boca pra nada. Então eu chorava, e essa era a raiva dela aí meu avô disse “Teca, eu vou levar essa negrinha se não um dia você acaba matando ela”, na hora eu fiquei feliz pensando... “Ah! Eu vou embora pra São Paulo,,,”, ele foi lá, falou com meu pai. Menina, jamais eu pensei que quando eu voltasse, eu iria achar meu pai no caixão, eu ia fazer sete anos. Aqui eu entrei na escola. Quando eu cheguei aqui em São Paulo a gente veio de trem, eu só tinha andado de carroça e nunca tinha visto carro, eu lembro que quando eu estavavindo pra cá, pra Carapicuíba, eu estava na janela do trem comendo uma banana e deu um vento forte que a banana caiu da minha mão, pela minha avó eu também não fui muito bem vinda aqui não, ela não gostava do meu pai, então eu acho que o que ela não podia fazer com o meu pai ela fazia comigo. Meu avô chamava Sebastião mas todos os netos chamavam ele de Cacá, eu não sei o lugar onde ele nasceu não, mas sei que ele era mineiro a minha avó era de Três Pontas, Minas Gerais, a mesma cidade que minha mãe nasceu. Eu não sei direito como e porque meu avô veio pra Carapicuíba, eu não sei a história do casamento do meu avô, dos meus pais, mas também eles moraram em muitos lugares, mas eu não sei dizer quando que vieram de Minas para São Paulo. (Neide Alves da Silva, 70 anos)

Maria Tereza

Em Carapicuíba cheguei com sete anos de idade, aqui na vila existia só 14 casas e apenas seis tinha gente morando.

Era a minha casa, a casa da esquina, da Dona Maria Luiza, Dona Celeste do Seo Mário Pestana, Dona Cristina e tinha a casa de Seo Astor Camargo. Quando mudamos para cá a luz chegou depois de cinco dias, aqui atrás de casa tinha o asilo, quem cuidava das crianças eram as freiras, a estação já existia, do lado da estaçãozinha tinha uma fábrica de telha, subindo a [rua] Rui Barbosa, que na época tinha outro nome, era só mato, não tinha nenhuma casa. Chegamos em Carapicuíba no ano de 1944, essa subida da minha casa não tinha passagem, eu andava por aqui e ia catar gabirola. (Maria Tereza Luiz, 76 anos)

Divina

Sabe, já tem 56 anos que eu moro aqui em Carapicuíba, só aqui neste pedaço. Nunca morei em outro lugar, cheguei a pagar aluguel, mas sempre nesta rua aqui. Daí a gente comprou o terreninho aqui, foi pagando aos poucos como pôde, comecei aqui com pedacinho de tábuá, até pedaço de cama eu tinha pegado pra fazer meu barraco, pegava água de poço. E Bernadete ficava com os irmãos pra eu ir trabalhar. Vendi muito em parque, porta de circo, campo de futebol, amendoim, pastel, cuscuz, geleia de beterraba, quentão, pra gente poder construir, e graças a Deus estou aqui, não é muita coisa, mas estou aqui com 81 anos. (Divina D. das Dores, 81 anos).

Benedita

Quando fui trabalhar eu não tinha mãe, nem meu pai, só tinha eu e uma turma de irmãos, aí eu cheguei e falei pro meus irmãos: “Olha, eu vou trabalhar lá na cidade de Caldas”. Eles falaram: “Mas com quem você vai? Como você vai?” Eu expliquei que tal dia, vem um homem nos buscar, e eu vou.

Peguei minha trouxa, fui a Borda da Mata, porque naquela época os documentos não ficavam na mão da gente, eles ficavam guardados com os pais ou na igreja em que foi batizado. Eu já tinha uns 13 anos, pensei: “Onde será que estão meus documentos?”. Hoje em dia acabou de nascer já tem o registro na mão, mas antigamente não. Eu tinha uns 13 anos e aí fiquei pensando: “E meus documentos... e meus documentos, como é que eu vou fazer?”. Peguei minha amiga e disse assim: “Você não quer me levar na igreja de Borda da Mata pra mimpegar meu registro de nascimento, meus documentos? Fui lá e peguei meus papéis, fiz tudo direitinho, tava tudo lá no livro da igreja.

Quando o senhor disse que ia buscar eu já estava lá prontinha, fiz tudo direitinho e foi assim que eu vim pra São Paulo. Pra você ver, a gente não tinha conhecimento, mas uma ia seguindo a outra e deu tudo certinho, né? Uma vai incentivando a outra, eu trouxe uma par de companheiras pra cá pra São Paulo. Depois casei, vim pra Carapicuíba, meus irmãos ficaram lá na roça, deixei tudo lá na roça, eu disse que eu não ia ficar lá, eu não queria mais trabalhar na roça, num tinha mais a mãe nem o pai, de vez em quando eu mandava dinheiro pra eles, tudo isso. (Benedita Cesário Silva, 81 anos)

Maria Julia

E foi assim, meu irmão chegou na cidade de São Jorge procurando serviço, aí veio bastante gente de Alfenas. Nós ficamos acampados num abrigo todas as famílias; até sermos contratados para o trabalho a gente ficou acampado nesse lugar. Conforme eram as famílias, quem podia comprar comprava, mas aí a gente separou de novo, eu já estava maior, mas vieram todos os meus irmãos, veio o João, a Sebastiana, mas o Davi foi lá pro lado do rio Ivaí. E eu fui morar com esta família que era de posse, mas eu trabalhei no café também antes de ir pra casa deles.

As famílias que viajaram com a gente eram bastante misturadas, mas tinha bastante negros, aí a gente nunca mais voltou pra Alfenas, pois a casa que a gente morava era dentro da fazenda, e nessa de querer a sua própria vida, resolvemos sair da fazenda; nós e muitas famílias que trabalhavam neste lugar, fazenda do Manuel Alves, só sei que depois dispersaram todos e eu perdi o contato com a minha família. (Maria Julia de Souza, 70 anos)

Aparecida

Vim pra Carapicuíba bem novinha, com um ano. Eu nasci em 47, então vim pra Carapicuíba em 1948. Eles vieram pra cá porque morava lá em cortiço também, né?, aí começou a urbanizar tudo, né?, aí tiveram que sair, e vieram pra cá. Eles aqui conheciam uma senhora que era vizinha deles e tinha vindo pra cá e falou que aqui estava bom, que casa era barato, o aluguel era barato. A gente morou ali no cortiço até quando eu tinha uns seis anos [...]. (Aparecida dos Santos, 64 anos).

Maria Valentina

Meu pai, ele veio pra cá alheio a tudo: “Vamos pra São Paulo? Vamos pra São Paulo!” Então meus irmãos queriam vim trabalhar, porque naquela não tinha muito serviço pra moço, pra quase ninguém, aí eles cismaram, tinha alguns moços de lá que vieram pra São Paulo e meus irmãos cismaram que queriam vim, aí ele não deixou meus irmãos virem sozinhos não, o Zoti e o Pedro. Eles estavam pra completar 18 anos, aí meu pai não deixou eles virem sozinhos porque tinha muitos moços que vinham pra São Paulo e se perdiam; a comunicação não era como a de agora, pra mandar um telegrama custava um dinheirão pra tá mandando cartas. Isto era janeiro de 1945, então nesta data saem as primeiras pessoas da minha família de Minas Gerais para virem a São Paulo, a gente morava em Diamantina-MG, mas já tinha morado em São João-MG. Nessa época meu pai tinha comércio. Tinha duas senhoras que moravam perto da gente, os filhos delas eram muito amigos de meus irmãos, sabe, comércio todo mundo conhece todo mundo, elas confiaram.[...] eram três famílias, que foi o Bruno, que era de uma família, o José (Zezé), de outra família, e o Marcelino, de outra família.

Aí, depois, quando meu pai chegou, pois era naquele tempo que eles ficavam na estação aliciando migrantes para levar para o interior pra carpir café, aí já vai chegando, o trem cheio e eles conhecem quem é migrante, né?, e já foram aliciando, levando pra cidade de Marília pra carpir café, naquele tempo o café estava no auge, o café. [...]

Quando meu pai veio pra São Paulo com meus irmãos, eu ficava na venda durante o dia e minha mãe ficava comigo de companhia, nessa época eu tinha 21 anos mais ou menos. Em 1945 cheguei em São Paulo pra trabalhar em casa de família.

Como eu estava dizendo, meu pai depois de três meses foi pra tentar vender o estoque da venda pra vir todo mundo já. Depois ele ficou mais três meses aqui porque ele veio aqui nas escuras sem conhecer nada, nada. Nessas idas e vindas ele conheceu na estação Júlio Prestes um senhor deficiente, ele saía daqui de Carapicuíba pra pedir esmola em São Paulo, e a senhora dele que guiava ele também não tinha boa visão porque ela usava um óculos grande. Então meu pai conheceu eles na estação Julio Prestes, antiga Sorocabana, e perguntou onde eles moravam, e ele disse que morava em Carapicuíba, aí meu pai perguntou: “Será que é fácil agente comprar um terreno lá ou uma casinha?” Ele disse que não era difícil, não, eles moravam aqui. Enquanto meus irmãos estavam lá em Marília, não sei se meu pai pediu pra ir junto com eles ou se eles ofereceram, só sei que meu pai veio com eles pra no outro dia sair pra saber como fazia pra comprar casa ou terreno porque a gente já tinha um pouquinho de dinheiro lá do estoque e um pouco de dinheiro que ele tinha economizado do interior de São Paulo pra vir e comprar um terreno. Ele veio com esse senhor e essa senhora. Chegaram em Carapicuíba já estava escurecendo e os vizinhos foram saber quem era aquele homem que chegou com o casal, diz que um foi com a foice nas costas, outro com porrete, outro com não sei mais o quê, os Dito Rosa, os Beto Rosa, o pessoal dos Rosa foram pra saber quem era aquele negrão que tinha chegado na casa do Seu Joaquim e da Dona Ana, eles ficaram na porta de plantão, aí pai saiu pra fora e falou quem era ele, porque veio e o que ele tinha ido fazer do que ele precisava, aí eles viram que era um negrão, mas era um

senhor de bem e então eles conversaram com o pai e tal e pediram desculpa. Aquela casa era muito pobrezinha, assim, era um barraco; papai contava que tinha um quarto e cozinha e ele dormiu na cozinha, mas dormiu sentado num caixote com uma coberta porque eles não tinham condições de receber visita, mas eles tiveram boa vontade.

No outro dia meu pai saiu pra conversar com alguém da cidade, procurar um terreno pra comprar e aí foi que ele achou esse terreno aqui, não sei quantos metros que ele comprou. Este terreno que moro até hoje. [...]

Quando chegamos, o pessoal daqui foi logo querer saber quem era aquele negro, tinha um senhor que tinha uma vendinha e aí pai e Zoti já não dormiram mais na casa daquele senhor cego e daquela senhora que já não enxergava. Seo Augusto e a Dona Lica já pegaram confiança no pai e no meu irmão, então passaram a dormir dentro da venda do casal e, de manhã, pro pai e meu irmão não perturbar eles, ele pegava um doce e deixava no balcão com um bilhete “peguei um doce” e ele ia pegar o trem pra ir tomar café na cidade, naquele tempo a gente num tinha vindo ainda e aí ele ia comer na cidade, depois meu pai foi nos buscar e já tinha alugado uma casa lá na Tâmara, por isso ficamos conhecendo o Seo Sebastião (Vô Caca). Ali tinha poucas casas, nesse meio de tempo meu pai alugou a casa e veio minha mãe, meus irmãos menores Zeca, Paulo, Cirilo, Agostinho e Dunga. No total eram oito filhos, e veio uma moça porque o irmão dela era moço e aí casou, o pai da Neusa, mãe da Clélia e da Matilde, ela era Irene e aí ele arrumou um serviço pra ela na fábrica de taxinha e preguinhos, mas acho que ela não gostou. Ela era menina de baile, não era assanhadinha não, mas gostava de baile, porque quando eu fui visitá-la já tinha ido embora. E fomos morar na Tâmara, mas como já tinha o terreno aqui, eu e meu irmão construímos quatro cômodos, isso foi em 1945 ou 1946, e aí eu fui trabalhar em casa de família. Em 1950, eu casei em Osasco, casamos na igreja e no civil, tudo em Osasco porque aqui não tinha cartório, aqui não era emancipado ainda não, casei e vim morar aqui, o meu pai deu um pedaço de terra pra nós, aí meu marido construiu uma casa no meio do quintal e nós fomos morar lá, daí que eu fui trabalhar em casa de família, por quê? Porque tinha que ser assim. Teve um dia que eu falei: “Ô Benjamim, a gente construiu essa casa aqui no meio do quintal e ficou meio esquisito”, aí eu falei que pra aquele tempo tava bom, mas não tinha jeito de no futuro fazerem o inventário e a gente ficar no meio, aí fica complicado. “Vamos falar pro pai, aí ele dá uma parte do terreno no canto, a gente mede e a mesma metragem que ele passou pra nós aqui no meio fica no canto”, e assim foi feito, ficamos aqui, esta casa aqui foi doação do meu pai para nós. [...]

(Maria Valentina da Cruz, 86 anos)

As narrativas aqui reproduzidas permitem observar que o deslocamento é parte do processo individual e/ou familiar que se enfrenta na tentativa de modificar o presente. Chegar a Carapicuíba, lugar antes desconhecido, pressupõe travessias, aventuras e desventuras que iniciam num tempo longínquo, ainda na infância da maioria de nossas entrevistadas. Contextos que ainda remetem à escravidão e ao lugar da população negra na sociedade pós-abolição.

A esse respeito, Silva (2006) apresenta considerações relevantes para a compreensão de todas as transformações sociais ocorridas com o fim da escravidão e seus significados. Na medida em que o país foi obrigado a “abrir mão” do regime escravocrata, também abriu mão da população negra como cidadã, fator que impediu qualquer forma de mudança significativa na história de vida dos recém “libertos”.

A história narrada por Seo Josué, que compõe a nossa história familiar, nos revela aspectos do período pós-abolição.

“Eles vieram na época da escravidão e depois que houve a abolição eles se dispersaram, uns foram pro lado de Santa Cruz, meu avô que era mais endereçado à lavoura continuou trabalhando com a terra”.

A dispersão marca a necessidade de se movimentar para reconstruir a vida.

O chegar a uma localidade, adquirir a casa própria metaforicamente nos diz de espaços habitados e re-significados com presenças que trazem à memória histórias de resistências que possibilitaram sobreviver às dificuldades da vida e da história.

As histórias de chegada demarcam a formação de uma nova família, mas também se apresentam como o desenraizamento; o desatar de laços familiares; o perder de vista irmãos e irmãs. Saudade que faz marejar os olhos enquanto a memória se apresenta nas histórias contadas, muitas vezes alheia à própria família constituída na andança.

É possível sinalizar que a memória que constitui essas histórias de chegada estão ligadas ao tempo, mas um tempo muito específico de vida coletiva e individual que permeia nossas histórias e memórias de negros/as. Memória que em parte é vivida e em parte herdada de todos os fatores que nos constituem pertencentes a esse grupo humano.

As narrativas nos contaram para além do que percebíamos em nosso cotidiano indo e vindo no caminho de casa para o trabalho, para a igreja, para o cinema, para o almoço na casa de conhecidos aos domingos.

As narrativas nos colocaram frente aos processos de transição que fizeram percebermos em um espaço repleto de histórias e memórias vivas e vividas.

ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO, TERRITÓRIO DE NEGRO?

Os espaços urbanos periféricos são marcados por alguns elementos que os permitem serem classificados dessa forma, o termo “periferia” caracteriza áreas que estão fora ou se encontram nas imediações do centro.

Para Feltran (2005), apesar das periferias serem distintas entre si, elas trazem algumas características comuns que permite serem classificadas na mesma forma. Os cotidianos dessas áreas urbanas que se localizam à margem das grandes cidades brasileiras são repletos de formas de violência explícitas e simbólicas bastante conhecidas, amplamente divulgadas pela mídia.

Na discussão sobre periferias urbanas, Pellegrini (1982) versa sobre as diversas violências às quais os moradores do que o autor denomina de bairros subnormais estão expostos. Tais violências vão desde a ausência de realização de serviços públicos a mortes por catástrofes ou violências que se configuram na deficiência desses serviços.

Em ambos os autores é nítida a percepção de que as denominadas periferias se caracterizam pela ausência do Estado como promotor de bem estar social.

Teóricos são unânimes em afirmar que as periferias diferenciam-se das cidades pela precariedade da configuração espacial. (ALMEIDA, 1996; ARAÚJO, 2004; PAVIANI, 1994; SERPA, 2002).

As populações que habitam os espaços periféricos das cidades geralmente julgam-se menos merecedoras de bem estar e condições de vida que minimamente supram as necessidades básicas como educação, saúde e alimentação de qualidade, vestuários e lazer.

Desta forma a pobreza fica caracterizada como má sorte e não como a incapacidade do Estado em gerir os bens públicos, e o capitalismo avança no sentido de alimentar as desigualdades que são produzidas.

Fica evidente que: “as ideologias têm força de confundir os fatos sociais”. (CUNHA JUNIOR, 2007, p. 84). O pesquisador continua descortinando em sua obra que geralmente atribuímos significados equivocados à pobreza e estes fixam nos campos da impossibilidade de compra e aquisição dos bens de consumo; raramente conseguimos entendê-la como a ausência de políticas públicas do Estado e/ou Municípios.

A ausência de poder aquisitivo dos moradores deveria ser uma justificativa para ter maior número de políticas públicas e maiores investimentos no sentido da produção de igualdades sociais democráticas. Entretanto, nós mesmos dizemos que não temos benefícios porque somos pobres. A realidade é: não recebemos benefícios porque somos discriminados das decisões públicas. (CUNHA JUNIOR, 2007, p. 83).

As periferias urbanas no Brasil surgem em decorrência de mudanças sócioeconômicas e deslocamentos populacionais. O conjunto dessas transformações se inicia no final do século XIX, com a passagem do processo produtivo do rural para o urbano, que se solidifica na década de 1940, e com a valorização do sistema industrial-capitalista. A abolição da escravatura é parte dessa conjuntura de transformações.

No mundo, o surgimento das periferias urbanas liga-se diretamente ao processo de industrialização e à chegada maciça de camponeses levados para os centros urbanos pelo “êxodo rural.” Lefebvre (1991) descreve em três fases o colapso urbano ocorrido em países europeus, primeiro a invasão industrial, em que o social-urbano é negado em favor do econômico-industrial; em segunda instância o autor descreve que a cidade entra em colapso autodestrutivo em função dessa industrialização; e, finalmente, ocorre um redimensionamento da reflexão urbanística e a partir daí a segregação passa a ser considerada normal, os processos que serão considerados na cidade serão os que visam apenas o lucro do capital financeiro.

A dinâmica segregacional brasileira inicialmente baseava-se na eugenia, ou seja, em princípios que visavam à “limpeza” dos centros urbanos para “desinfetar” e “afastar” a pobreza. Tais premissas servirão de apoio à literatura sociológica do início do século XX, que desenvolveu um conjunto de ideologias que procurava mostrar a inferioridade nata da po-

pulação africana e afrobrasileira¹⁴. Segundo essa corrente escravos e negros são sinônimos, sem uma discussão mais profunda, seguindo as marcas da cultura do escravismo brasileiro da época colonial e imperial. É importante salientar que entendemos que a “higienização” da cidade não visava à remoção apenas da população negra, mas também dos pobres e dos chamados “caipiras”.

Em seus estudos, Rolink (1981, 1989) já afirmava que a população de menor renda encontrava-se nas periferias da Grande São Paulo, conseqüentemente podemos observar que a população negra encontra-se majoritariamente nesse espaço territorial, a periferia.

A pesquisa realizada pela Fundação Seade em 2005, afirma que:

Somavam 13 municípios da Região Metropolitana de São Paulo com proporção de negros superior a 40%, no período referido: **Carapicuíba**, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Pirapora do Bom Jesus, Rio Grande da Serra e Taboão da Serra. (FUNDAÇÃO SEADE, 2005, p.6 grifo nosso).

Carapicuíba é uma cidade composta atualmente de áreas de maior e menor desenvolvimento, os bairros que abrigam a população empobrecida são a maioria na cidade e neles predominam moradias construídas de forma precária pelos próprios moradores, um dos demarcadores que lhe confere o status de periferia.

As moradias de Carapicuíba arquitetam o visual urbano periférico que a cidade constitui a partir de 1950. Hoje alguns bairros sustentam moradias por terminar, construídas com os tijolos de concreto e do tipo “baiano”, o que deixa o bairro com aspecto diferente, construções sem acabamento, parede à vista, resultando num conjunto de moradias com um colorido de tendências ocre, marrom, terra e cinza que colore os bairros com a cor-da-esperança de um dia terminar a casa própria. (SOUZA, 2010, p.57).

Destacamos que em parte dos relatos há um processo de construção baseado no reaproveitamento de materiais. “O material utilizado é aquele rejeitado pelos bairros ricos da cidade, tábuas, laminados, tijolos, chapas, etc., daí derivam as habitações rudimentares e precárias divergindo das técnicas modernas de construção” (PELLEGRINI, 1982, p.22), fato que também caracteriza a constituição deste bairro periférico. Há notadamente no passado e presente a ausência de tecnologias da construção civil que permitam um melhor viver; questões que estão ligadas ao planejamento urbano como: rede hidráulica, esgoto, rede elétrica, manutenção de via, coleta de lixo e projetos para melhor aproveitamento do terreno. É possível perceber nos relatos essas evidências.

14 Destacamos a referida população pelo fato de nesse período pretos e pardos já somarem o maior contingente dos moradores do Brasil, mas não podemos olvidar que as populações indígenas passaram e ainda passam por este processo.

Dona Divina nos conta sobre a primeira construção no terreno adquirido com tanto esforço:

“[...]a gente comprou o terreninho aqui, foi pagando aos poucos como pôde, comecei aqui com pedacinho de tábuas, até pedaço de cama eu tinha pegado pra fazer meu barraco”(Divina, 81 anos).

Percebamos que não é um fato isolado, porém vivenciado por muitas famílias negras que se dispõem a se estabelecer num determinado lugar.

“A nossa casa foi feita de pau a pique, ficou bonitinha, meu pai muito habilidoso fez tudo bonitinho. Como havia sido construída com barro, quando secou começou a rachar, eu lavava roupas no riacho que passava no quarteirão de trás.”(Berenice, 81 anos).
“Fomos agasalhando o terreno, a casinha primeira era de tábuas.”(Benedita, 81 anos).

“Agasalhar o terreno” é metafórico à própria vida, pois, nessas histórias de vida e de mudanças que se iniciam com tantos obstáculos, alguns expõem a própria sobrevivência ao caos. “Agasalhar o terreno” é cuidar da vida, do futuro da família, é lutar para que o terreno não seja perdido. “Agasalhar o terreno” é torná-lo habitável, é prepará-lo para a vida que se tem no ventre¹⁵ e ter o prazer de desfrutar da primeira casa própria, e habitar em segurança. Outro aspecto é a ausência de população negra nas denominadas casas “boas” dos bairros:

“[...] minha casa é do jeito que meu pai comprou.[...] quando a gente mudou pra cá éramos os únicos pretos na vila, aqui até hoje somos poucos, a maioria das outras famílias moram na parte de baixo”. (Tereza, 76 anos),

referindo-se à favela que está situada próxima à sua residência.

Pellegrini aponta para um fator que foi visível nas narrativas, a abolição inacabada.

Não é de somenos importância o fato de que a maior parte dos habitantes dos bairros subnormais sejam negros; descendentes daqueles mesmos africanos que, nos séculos XVII, XVIII e XIX, foram importados enquanto escravos, para desenvolver a cultura agrícola, a cana-de-çúcar, o café, o cacau, etc., os produtos que se constituíram na principal riqueza do Brasil, ou melhor dizendo, da burguesia branca brasileira. (1982, p.38).

¹⁵ “Agasalhar o terreno” é prepará-lo para o nascimento de Moisés, filho de D. Benedita, que estava no ventre quando ocorreram a compra do terreno e a mudança para a localidade em que a mesma reside ainda hoje.

Além de moradias construídas precariamente, temos outro fator que não se restringe à cidade de Carapicuíba, mas percorre muitos bairros periféricos brasileiros, é o aluguel dessas moradias.

“[...] a gente chegou e fomos morar onde é antiga Di Rocca, ali era um cortiço e fomos morar ali.”(Cida, 67 anos).

“[...] moramos em cada lugar que só por Deus, chovia dentro, o mofo tomava conta, mas ainda bem que passou esta fase, e outra coisa, às vezes quando a gente dizia que estava procurando casa, as pessoas mandavam a gente pra cada buraco”.(Maria Julia, 70 anos).

Nos relatos é perceptível que morar de aluguel também significa expor-se ao mal habitar, situação corriqueira entre os afrodescendentes, por questões históricas da desigualdade, e, antes de ser de cunho social, é racial. “Pois a pobreza também não é uma generalidade universal. Esta tem uma construção específica para cada espaço geográfico e para cada população”. (CUNHA JÚNIOR, 2007, p. 69).

As análises da periferia urbana englobam hoje novas modalidades como estudos da percepção, da representação, do cotidiano, do imaginário, da imagem e de narrativas que fazem parte da constituição territorial da periferia além do espaço geográfico. Resta-nos, enquanto moradores desses territórios em tempos passados e no presente, consolidar as definições simbólicas e materiais do chão que pisamos, onde inclusive demarcamos nossas identidades e dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi compreender os processos migratórios da população negra para a cidade de Carapicuíba, na Região Metropolitana da cidade de São Paulo, atrelando a esses questões da identidade individual e coletiva da referida população.

A história de Carapicuíba “se inicia” no século XVII, de forma que as migrações estão plenamente integradas com a modernização ou europeização dos espaços urbanos nas primeiras décadas do século passado e a abolição da escravatura no final do século XIX.

As narrativas apresentadas focalizaram os problemas das migrações, chegada e instalação na cidade, trazendo marcadores culturais que singularizam a população negra no espaço urbano carapicuibano territorializados pela afrodescendência com base na identidade negra local. Esse foi apenas um dos aspectos referentes à reterritorialização, havendo outras possibilidades de análises.

A pesquisa realizada demonstrou que, para além da ocupação espacial e física do território, a população negra que parte para as periferias das cidades re-significa o lugar com suas vivências imprimindo no território suas marcas de resistência. É bom ressaltar que esse não é um fenômeno ocorrido unicamente na cidade de Carapicuíba, mas configura-se como realidade em muitos municípios brasileiros.

Dialogamos com autores que em suas pesquisas analisaram o conceito território sob a perspectiva de elaboração da identidade, da cultura, da sociabilidade, das resistências e afirmação da população negra.

Propor um estudo sobre população negra a partir do espaço territorial pressupõe a necessidade da desconstrução de estigmas, preconceitos, racismos e estereótipos, entre outros desqualificantes sociais. No caso do Brasil, a identidade mestiça se constrói em detrimento à identidade negra, associando-a ao atraso, que culmina na imagem do imigrante europeu associado ao trabalho à ordem e ao progresso.

O caminho que temos para percorrer talvez seja tão longo quanto o já percorrido pela população negra.

É conveniente ressaltar que o problema do racismo não é um problema só de negros e negras, mas é uma ideologia que atinge a toda sociedade nas mais diversas áreas, seja a problemática da ocupação territorial, econômica, histórica e educativa.

Tratando-se da educação, ansiamos que a teoria e a prática educativa se comprometam com o processo de transformação das relações raciais, pois as formulações históricas, sociais, imaginárias sejam elas formais ou informais passam pela escola, e este é um lócus favorável às discussões sobre quem somos, por que somos e como somos.

Dessa forma, as conclusões deste trabalho nos permitem dizer que são várias as fontes de referências possíveis para escrevermos as histórias plurais que demarcam a inscrição das populações negras nos espaços geográficos brasileiros.

As narrativas, por exemplo, atuam diretamente na constituição da identidade, e esta é permeada de valores que atribuem sentidos aos conhecimentos que nos são apresentados ao longo da vida. MacLaren (1997) nos confirma que “as identidades são parcialmente o resultado da narratividade da vida social” (p. 162), por isso, o silenciar de determinadas narrativas nas historiografias locais situa-se ideologicamente e não apenas no campo discursivo.

As memórias e histórias ouvidas e anunciadas na territorialidade de Carapicuíba trazem vozes capazes de preencher de sentido vidas e vivências de uma população. Os dados apresentados por essa pesquisa nos dão pistas para desenvolver estratégias de uma teoria e prática educativa comprometida com a educação de todos e de todas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Aparecida. *Uberlândia: as periferias e o mito do oásis social*. 1996. Monografia (Bacharelado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos** – Geografia Africana Cartografia Étnica Territórios Tradicionais. Brasília: Mapas Editoras & Consultoria, 2009.

ARAÚJO, Manuel G. Mendes de. **Espaço urbano demograficamente multifacetado: as cidades de Maputo e da Matola**. Disponível em: <http://www.apdemografia.pt/ficheiros_comunicacoes/1853187958>. Acesso em: 29 abr. 2011.

ATHAYDE, Joilson Lima. **Notas da Redação**: Conferência proferida na inauguração do curso de História da África Negra Pré-Colonial no C.E.A.O. 1965. Disponível em <<http://www.casadasafricas.org>>. Acesso em 13 Ago. 2008.

BOSI, Ecléia. **O tempo vivido da memória**. Ensaios da psicologia social. 2ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz (Biblioteca de Letras e Ciências Humanas), 1979.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/>>. Acesso em: 16 de Jun. de 2008.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Racismo anti-negro: um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileiras. *Política Democrática- Revista de Política e Cultura*. ano VII, n. 21. Brasília/DF: Fundação Astrogildo Pereira, Jul. 2008. p. 118-127.

_____. Afrodescendência e Espaço Urbano. In: CUNHA Jr, Henrique; RAMOS, Maria Estela Rocha. (orgs.). **Espaço Urbano e Afrodescendência**: estudo da espacialidade brasileira para o debate das políticas públicas. Fortaleza: UFC Edições, 2007.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia**: história de movimentos sociais em São Paulo. São Paulo: Associação Editorais Humanitas: Fapesp, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MCLAREM, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. Trad. Bebel Orofino Schaefer. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória**. O Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MUNANGA, Kabengele (org.) **Superação o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

PAVIANI, Aldo. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. (orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

PELLEGRINI, Giacomo Corna. **Bom Juá**. Um estudo de geografia urbana (periferias urbanas no terceiro mundo). Trad. Breno Raigorowisk. Salvador: Associação de Moradores do Bom Juá, 1982.

ROLNIK, Raquel. **Cada um no seu lugar**: São Paulo, no início da industrialização: geografia do poder, 1981. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) USP. São Paulo. 1981.

_____. **Territórios negros nas cidades brasileiras** (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). Estudos Afro-Asiáticos, n. 17, Rio de Janeiro, 1989.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Indicadores de Desigualdade Racial. População e estatísticas vitais. Mapas. Proporção de população negra

na população total. Municípios da Região Metropolitana de São Paulo e Distritos da Capital 2000. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/idr/download/populacao>>. Acesso em: 16/05/2011.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SERPA, Ângelo. (Org.). **Fala periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: Edufba, 2002.

SILVA, Maria Nilza da. **Território e Raça: fronteiras urbanas numa metrópole brasileira**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_837.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2011.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**. A forma social do negro-brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, Juliana de. **Memórias e Histórias da População Negra de Carapicuíba-SP: uma abordagem para a educação escolar**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Ceará. 2010.

TENÓRIO, Pedro Almeida. **Carapicuíba: passado e presente 1580-2003**. Carapicuíba, Secretaria Municipal da Educação, 2003.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 23/07/2008.

_____. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 17 de outubro de 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: 23/07/2008.

DADOS DA AUTORA:

Juliana de Souza Mavoungou Yade

Pedagoga

Mestre em Educação PPGE- Universidade Federal do Ceará

Doutoranda em Educação PPGE- Universidade Federal do Ceará

Bolsista: Funcap

Submetido em 09/2013 - aprovado em 10/2013